

A Luta de Trombas e Formoso: uma ruptura narrativa no contexto da ditadura militar

Maiara Dourado
(Unicamp)

INTRODUÇÃO

O sofrimento e as rupturas provocadas pela ditadura militar são enfatizados no contexto memorialístico da Luta de Trombas e Formoso¹. Isso porque o regime ditatorial brasileiro, vigente de 1964 até 1985, interrompeu o processo de exercício da memória e promoveu uma série de mudanças culturais que repercutiram na construção das narrativas de pessoas envolvidas direta e indiretamente com o movimento camponês e que, de alguma forma, recordam o passado (Ricoeur 2007). Assim, neste trabalho, busco introduzir e compreender as narrativas produzidas durante o processo da ditadura militar por pessoas que hoje interpretam e reinterpretem, através de suas memórias, a Luta de Trombas e Formoso.

O propósito desse recorte interpretativo e memorial é compreender o modo como o passado é lembrado e os processos relacionados à rememoração de um evento significativo como é o de Trombas e Formoso. Parte-se do pressuposto de que essa rememoração é um processo que sofre as repercussões do passado de um evento eclodido em um momento político da história do Brasil em que foi difícil viver e falar de certos acontecimentos.

O processo da ditadura militar provocou uma política de ocultamento da memória do movimento camponês de Trombas e Formoso que, de alguma forma, justifica a ausência dessa narrativa. É perceptível o desconhecimento generalizado sobre a Luta. Trata-se de uma memória excluída, sobretudo do contexto escolar no seu local de origem e no estado de Goiás. São escassos, para não dizer inexistentes, materiais bibliográficos e didáticos destinados às escolas de nível básico e médio que tenham o movimento camponês de Trombas e Formoso como conteúdo na grade curricular de disciplinas como História ou História Regional, e também é escassa sua abordagem em meios de comunicação nos dias atuais.

Há uma recusa em se reconhecer a história de povos camponeses no âmbito da nação, sobretudo o insurgente, o rebelde (Guha 1999). A historiografia colonialista da qual se alimenta essa ideia de nação vê a insurgência como “a articulação de uma espontaneidade pura que enfrenta a vontade do Estado”, sem levar em conta a vontade e a razão de quem se põe em situação de luta (Guha 1999: 37). No entanto, esses traços de silêncio formam uma matriz experiencial da presença, na qual o conhecimento emana desse silêncio, que emerge da falta de palavras e da escassez narrativa ou histórica (Kidron 2009).

A memória da Luta de Trombas e Formoso se revela no silêncio. E será então nesse contexto que as reflexões deste trabalho serão aqui apresentadas. É importante frisar que esse trabalho é parte da minha pesquisa de mestrado e a sua trajetória pode dizer muito desses silêncios e não ditos. Esta pesquisa nasceu ainda em meus tempos de graduação, no curso de Jornalismo da UFG, e dentro de um projeto de extensão no qual se vislumbrava a realização de um videodocumentário que pudesse contar esta história, a partir das lembranças dos camponeses que participaram do processo de resistência.

A ideia do documentário era a realização de um trabalho que pudesse remontar os pedaços de uma história pulverizada pelo tempo e espaço, pela repressão e pelo abafamento social e político promovido pela ditadura militar brasileira, no qual se buscava reunir as narrativas dos camponeses ainda vivos que pudessem ser registradas e condensadas em um curta-metragem.

Durante a realização do filme *Trombas e Formoso: memórias de uma Luta*² (2010), personagens do evento se aproximaram de forma efetiva da produção, tornando-se parte da equipe realizadora, sugerindo locações, indicando entrevistados e entrando, inclusive enquanto equipe nos créditos do filme. De modo que antigos camponeses e narradores do evento, como o Sr. Arão e Dona Carmina - Arão de Souza Gil e Carmina Castro Marinho – estabelecessem, naquele presente contexto espaçotemporal, novos papéis e representações mediante suas histórias.

Nesta etapa, para a realização do documentário, foram feitas sete viagens para Trombas, duas para Minaçu e uma para Formoso, entre os anos de 2008 e 2010. O contato inicial se deu pelo Sr. Arão, que nos foi apresentado pela direção da Associação de Anistiados de Goiás, a Anigo. Participante do movimento camponês e também irmão de José Porfírio, um dos líderes do movimento, Sr. Arão tratou de nos introduzir à comunidade local, assim como a outros participantes do evento.

A realização do vídeo-documentário se tornou, além de uma obra artística, a criação de um novo acervo documental, o qual hoje está disponível e pode ser acessado pelo arquivo do Centro de Informação, Documentação e Arquivo da Universidade Federal de Goiás – Cidarq/UFG, onde estão mais de 20 horas de gravação com 26 pessoas entrevistadas, diretamente ou indiretamente ligadas ao evento camponês, sendo estas participantes da Luta, filhos e filhas dos participantes e moradores locais da época.

Com o documentário pronto, eu e parte da equipe que produziu *Trombas e Formoso: Memórias de uma Luta* viajamos para a cidade de Trombas para uma exibição do filme na cidade. A apresentação do vídeo ocorreu durante uma quermesse, pouco antes do início do leilão que arrecadaria fundos para o caixa da igreja. O evento

reuniu grande parte da população, o que mostrou ser uma boa oportunidade para apresentar um retorno ao grupo com informações e dados que a equipe de pesquisa retirou quando de sua estadia entre eles.

Durante os exatos 18 minutos e 53 segundos de vídeo ficou evidente a dispersão dos presentes na quermesse. A comoção veio somente em seguida, ao final do filme e início do leilão. O aparente desinteresse de quem ali estava e a dispersão dos presentes explicitavam-se na agitação dos corpos nas cadeiras, no tilitintar das mesas, nas conversas paralelas ao filme. Havia uma inquietação e ansiedade do público em retomar o clima da festa.

No momento, estavam presentes Sr. Arão e Dona Carmina, participantes da Luta e entrevistados do filme. Observava-se certa sobriedade nas feições de Sr. Arão, mas que parecia refletir orgulho frente à representação heroica dada aos posseiros. Já Dona Carmina apresentava leve nervosismo. Um nervosismo quase natural para quem já acompanhava sua trajetória de medo durante os tempos da Luta, mas que se desfez em sorriso ao escutar comentários como “Dona Carmina, a senhora era *braba* né!”, se referindo ao episódio no filme em que ela relata situações em que teve que pegar em armas.

As pessoas pareciam não se ligar à história que, até então, a equipe julgava de suma importância para a própria autocompreensão dos cidadãos. Ficava-nos a dúvida sobre o real alcance da obra entre as pessoas ali presentes. Mesmo acreditando-se que houve comunicação, nada se pode dizer sobre sua totalidade e abrangência em níveis de identificação e alcance social. Nesse momento comecei a exercitar a dúvida - experiência de pesquisa tão cara que me possibilitou novas perguntas e inquietações: qual seria o significado desse evento histórico e político para quem vivia na mesma região na época do evento e quem vive hoje sobre novos contextos? Os habitantes de Trombas sentem-se herdeiros e parte do evento de Trombas e Formoso? Há identificação e autorreconhecimento com a história do evento? Há uma preocupação com o passado? Como é a relação desses sujeitos com o passado? Muitas perguntas ficaram e a realização da pesquisa de mestrado tentou responder algumas delas. Aqui, neste trabalho, apresentarei parte das reflexões desenvolvidas para se chegar em algumas dessas respostas, tomando a ditadura militar como importante fenômeno para a compreensão da atual configuração da memória e a construção narrativa da Luta de Trombas e Formoso.

O episódio narrado parecia dar sinais e indícios de que o filme e as histórias ali exibidos poderiam não ser tão significativos para aqueles que viviam hoje outro contexto histórico e social. Uma relação que se pensava ser, até então, bem-sucedida, colocou em questão a força da ligação de um passado com um presente e apontava para a ideia de mudança cultural justaposta aos processos de memória ali desenvolvidos.

Tais questões me fizeram voltar a Trombas - já no contexto da pesquisa de mestrado - depois de pouco mais de dois anos sem ir à cidade. Desembarquei na rodoviária de Trombas em 18 de fevereiro de 2013 e só retornei a Goiânia um mês depois. Nesse tempo hospedei-me na casa de Dona Carmina, uma das minhas interlocutoras e com quem mais estreitei laços desde minha última pesquisa. Dona Carmina era viúva de Nelson Marinho, que foi preso e duramente torturado por sua participação e envolvimento na Luta dos posseiros de Trombas e Formoso.

Mais do que uma simples interlocutora, Dona Carmina, mediante sua experiência de Luta e participação no movimento, se tornou uma espécie de guia e produtora local, apresentando-me novos personagens, acompanhando as entrevistas e auxiliando-me no desenrolar da pesquisa.

A proximidade também já estabelecida em tempos anteriores com Sr. Arão e Dona Carmina possibilitou-me fácil acesso no dia a dia de filhos e filhas e familiares de antigos camponeses participantes da Luta. Ambos foram fundamentais para o processo de constituição de uma lista de possíveis narradores de memória, não só da cidade de Trombas, como também do município de Formoso.

Essas relações permitiram-me uma profunda imersão no universo do campo, convivendo com pessoas, participantes ou não do movimento dos camponeses, mas não menos parte da história. A construção de um cotidiano fez com que essa imersão e ambiência etnográfica me permitissem entender certas questões sociais da cidade que invadiam a realidade individual das casas de moradores de Trombas, resultado da transformação e da projeção de questões do passado para o presente.

Minha primeira incursão foi conversar com antigos camponeses participantes da Luta, já entrevistados durante a realização do documentário, com intuito de mapear novas possibilidades de diálogos com testemunhas dessa história. Neste caso, refiro-me aos antigos moradores da vila que viveram o período do movimento camponês, mesmo que estes não viessem a ter algum envolvimento com a organização dos posseiros. E, ainda, filhos e filhas de camponeses participantes do movimento. Esses nomes foram listados a fim de coletar relatos de portadores da memória do movimento.

É importante ressaltar que o número de interlocutores que viveram entre as décadas de 1950 e 1960 na região era bastante reduzido. A maioria encontrava-se em idade avançada, muitos faleceram, e ainda haviam os que, com a eclosão do Golpe Militar em 1964, fugiram da região, muitos sem nunca mais voltar. Essa limitação se ampliou ao contactar os filhos e filhas de antigos posseiros, a fim de abordar a trajetória intergeracional da memória da luta dos camponeses; pois defrontei-me com uma geração que não mais residia na região.

Migração essa que foi motivada pela carência de emprego e desenvolvimento social e econômico nas cidades de Trombas, Formoso e boa parte das cidades do norte do estado de Goiás. Assim, cheguei a um total de 22 entrevistados, dentre os participantes do movimento camponês e seus filhos e filhas ainda residentes na região, somados aos antigos moradores das cidades de Trombas e Formoso.

Desse modo, este trabalho pretende demonstrar a forma como se desencadeou o processo de transmissão das narrativas desta Luta, a fim de se compreender de que modo as memórias do movimento político de Trombas e Formoso são e foram conduzidas ao longo dos anos.

A RECONSTITUIÇÃO DO LUGAR DO EVENTO

O movimento de Trombas e Formoso teve como cenário a região de Goiás denominada Médio-Norte³. Na época, esse espaço geográfico brasileiro era pouco habitado, até a construção da rodovia Transbrasiliana, em 1948, período em que as terras sofreram imensa valorização, passando a ser alvo dos latifundiários locais. Em muitos relatos, a região foi descrita como uma terra sem dono. “Podia chegar aí e tirar um lugar, uma posezinha e morar onde quisesse”⁴, dizia Dona Joaninha, uma das primeiras moradoras da região e participante do movimento camponês. Eram, portanto, terras devolutas⁵.

Vale lembrar que o período em que se desenrolou a organização camponesa – meados dos anos de 1950 e início dos anos de 1960 – demarca um importante momento político para os movimentos de luta pela terra no Brasil, tanto no que tange à emergência de conflitos e resistências de trabalhadores rurais contra o processo de espoliação de terras empreendido pelo latifúndio e pelo Estado como na estruturação e consolidação do movimento político camponês.

A emergência de organizações e conflitos no campo, como as Ligas Camponesas, a Revolta de Porecatu e a própria Luta de Trombas e Formoso, se deve à expansão e à consolidação capitalista no campo, que atingiu, sobremaneira, camponeses e posseiros de todo o Brasil. Nessa época se instauraram projetos de interiorização e colonização das fronteiras brasileiras, realizadas por meio de ações como a Marcha para Oeste, a construção da rodovia Belém-Brasília, nos anos 1950, e a política de incentivos fiscais da ditadura militar a partir dos anos de 1960 (Martins 1997). Tais episódios ajudaram a desenhar o complexo quadro fundiário no Brasil e movimentaram as fronteiras do país.

A ocupação da região de Trombas e Formoso já havia sido iniciada antes do término da rodovia de Bernardo Sayão⁶. Atendendo às expectativas criadas pela Marcha para o Oeste, uma imensa faixa de terras devolutas, superior a 14 mil alqueires, conduziu enorme fluxo migratório que, segundo Maria Esperança Fernandes Carneiro (1988), chegou a atingir a média de seis famílias por dia.

Assim como em Trombas e Formoso, a ocupação das terras do Médio-Norte goiano, no final da década de 1940 e início da década de 1950, não foi somente mais um simples avanço da fronteira agrícola de Goiás. Para Maia (2008), representou a possibilidade de acesso à terra pelo pequeno produtor, o que marcaria incisivamente a região com um conflito agrário. O conflito teve início quando um grupo de fazendeiros, liderado por João Soares, passou a exigir dos posseiros, que ali já estavam instalados, o pagamento do arrendo da terra por escrito - um documento atestando a desistência da terra e firmando o pagamento do arrendo. Os posseiros se recusaram a assinar qualquer contrato, apesar de pagarem a taxa cobrada: cerca de 30% da produção de arroz.

A recusa desencadeou sucessivas ações de coerção desempenhadas pelos fazendeiros que se diziam donos das terras, resultando na reação dos posseiros e, conseqüentemente, no conflito armado. A organização ganhou força, recebeu apoio de estudantes, parlamentares estaduais e federais, intelectuais e militantes políticos, principalmente do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que chegaram a enviar membros do partido para auxiliar na luta armada. Com a chegada de militantes do PCB, as bases e alianças que caracterizaram o conflito foram formadas: os posseiros e o Partido Comunista de um lado, os grileiros e o Estado de outro.

Ainda durante as ações da luta armada, em 1955, foram criadas a Associação de Lavradores e suas instâncias menores, nucleares e pulverizadas por toda a região, que ficaram conhecidas como “Conselhos de Córrego”⁷. A Associação assumiu caráter gerenciador mediante os Conselhos e organizava a vida política e social da região. Por meio das práticas dos mutirões realizadas pelas famílias de posseiros desde a chegada à região, criaram uma rede de auxílio mútuo tanto para o plantio, a colheita e a venda dos gêneros nos mercados locais quanto para a construção coletiva da resistência contra as ameaças de expulsão e roubo das colheitas.

A intervenção do governo do Estado de Goiás, na gestão de José Ludovico (1955-1959), foi bastante truculenta, com o envio de tropas e violenta repressão, com o irônico nome de “processo de pacificação”. A resolução veio em 1960, com a pressão da opinião pública e a promessa de legalização das terras. Sem saída, o governador Mauro Borges fechou a negociação, realizou a demarcação das terras e a entrega dos títulos. Iniciou-se, então, um intenso processo de desenvolvimento na região:

Foi começando a criar um armazém, alguém pondo um armazém, pondo uma venda, a entrar uns faisqueiros pra ficar no lugar pra comprar uns mantimentos. Desse jeito foi desenvolvendo e a pecuária também foi começando. O pessoal cada um comprando um gadinho pra começar a criar, foi desse tempo⁸. (Arão de Souza Gil, participante da Luta dos posseiros, morador de Trombas).

Ainda depois da titulação das terras, José Porfírio, considerado líder do movimento camponês de Trombas e Formoso, se candidatou a deputado estadual de Goiás pelo PTB. A vitória veio em 1962, com 4.663 votos, de acordo com levantamento do jornal *O Movimento*. Porfírio foi ainda presidente de dois congressos de camponeses, em 1962, no estado de Goiás e em 1963, em Belo Horizonte.

Porém, logo em seguida se deu o golpe militar de 1964 e houve uma intensa perseguição aos camponeses, empreendida pelo novo governo do Estado de Goiás. Muitos participantes foram presos ou mortos, outros fugiram e outros ainda foram considerados desaparecidos.

Porfírio, mediante sua força representativa dentro do âmbito político camponês, se tornou o principal alvo da perseguição militar na região. Fugiu, sendo preso em 1972, na Fazenda Riachão, no município de Angelical, no Maranhão. Foi condenado a seis meses de prisão, sendo solto em 07 de junho de 1973. Nesse dia José Porfírio teria comprado uma passagem para Goiânia – estava preso em Brasília - tendo sido deixado na rodoviária por sua advogada. Nunca mais foi visto e é considerado, hoje, desaparecido político.

Paulo Cunha (1997), um dos principais pesquisadores de Trombas e Formoso, acredita que com o golpe militar iniciou-se “uma nova fase da República Socialista de Trombas a ser escrita, uma história que ainda hoje está na memória do povo”⁹ (Cunha 1997:102).

FUGAS E NOVAS MIGRAÇÕES: UMA MUDANÇA INTERPRETATIVA

O movimento de luta popular desenvolvido em Trombas e Formoso foi sumariamente desmantelado, perseguido e abafado pelo regime militar, ao ser considerado, pelo Estado ditatorial, uma “organização de atividades comunistas e subversivas”, como descreveu o jornal *O Estado de S. Paulo* (09/02/1964) no artigo *A subversão e a convivência oficial*, que analisa e descreve o movimento camponês como um movimento subversivo, citando Trombas como um dos pontos desse movimento, relatando a localização de armas de alta periculosidade de origem soviética e referenciando-o a ligações comunistas.

O golpe militar de 1964 inaugura, na região de Trombas e Formoso, o período de “caça às bruxas”, no qual se empreenderam as perseguições regidas pelo governo ditatorial militar em vigência, a fim de reprimir qualquer ação julgada subversiva. A Luta dos camponeses da região foi facilmente associada ao caráter de subversão,

gerando intensas fugas e abandonos de terras por parte dos camponeses ligados à Associação. O golpe militar representou, nesse momento, um marco, um limite histórico e cultural na região, ou ainda o que Catela (2001) chamou de situação-limite, ou seja, o “fenômeno que tensiona e descortina os princípios básicos de organização de uma sociedade. Uma dessas situações extremas é a ação de violência política destinada a segregar e neutralizar amplos setores da sociedade.” (Catela 2001:24).

Chegou a um ponto, foi quando nós acabamos de concretizar as escrituras de terra e tudo, aí veio a resposta do golpe militar, condenou aquilo, o trabalho que nós fizemos, colocou aquilo como uma coisa subversiva. Aí a Ditadura achou por bem nos perseguir, nos procurar, nos prender e torturar¹⁰. (Cosme Ribeiro Santana, participante da Luta de Trombas e Formoso, morador da região desde 1953).

As fugas e abandonos de terras mediante o cenário de perseguições e repressão militar promoveu o que Sr. Chiquinho Ataíde, antigo morador de Trombas, relatou como o esvaziamento da zona rural da região de Trombas e Formoso. “A única coisa que é responsável pelo esvaziamento do pessoal da zona rural foi a Ditadura, aqui”. A região vivia um processo de desenvolvimento que foi interrompido pelo clima de repressão e violência que se instaurou na vila, promovendo mudanças e transformações que se refletiriam na atual configuração política, social e cultural das cidades e, principalmente, na forma como suas histórias seriam lembradas e contadas.

Trombas estava iniciando, era uma vila, mas estava bem estruturada. Daí quando veio o golpe, acabou. Muita gente que morava aí, vendeu tudo. Então eu acho que 90% do pessoal que existe hoje em Trombas, não tem 10% que seja do povo daquela época. Mas mudou tudo, são outras famílias. Umas desapareceram, outras mudaram. Surgiu outra Trombas, mas já criada por outras pessoas [...] Os prefeitos que surgiram não se interessaram pelo passado. Contar a história de Trombas, para eles, era uma coisa banal, a história de Trombas acabou¹¹. (Arão de Souza Gil, participante da Luta dos posseiros, morador de Trombas).

A história da origem de Trombas é coincidente à história do evento político de Trombas e Formoso. No entanto, elas são descoladas ou simplesmente ignoradas quando há uma ausência de correspondência entre quem viveu e quem recebeu essa história, motivada, sobretudo, pela escassez de narradores e das mudanças culturais. O contexto de memória de participantes do evento que compreende o entrelaçamento da história da luta camponesa e a formação da cidade de Trombas destoa do contexto de memória daqueles que a receberam, ou seja, os herdeiros dessa história. Nessa diferença intergeracional muitos desconhecem essa ligação ou, muitas vezes, ignoram-na, o que demonstra outros níveis de significância simbólica.

O momento político caracterizado pelo regime militar, iniciado nos anos 1960, desencadeou uma série de transformações socioculturais na região, de forma irreversível e determinante para a atual configuração da memória do evento. As memórias pouco ou nunca compartilhadas são resultados de dois processos decorrentes da ditadura militar: o silêncio motivado pelo medo e pela repressão empreendidos na região; e a mudança cultural promovida pelas novas mentalidades que adentraram a região, viabilizada pelo novo fluxo migratório iniciado depois de 1964. Estas novas mentalidades nem sempre estavam ligadas ao contexto de luta do passado da região.

O processo de partilha de memórias - ou seja, a produção de narrativas faladas ou escritas sobre o passado - forma um quadro de significados que, quando contado, dá identificação ao grupo (Fentress; Wickham 1992).

A experiência memorialística da Luta de Trombas e Formoso não atingiu um nível de partilha de maneira que o significado criasse uma identificação total entre narradores e seus herdeiros. É uma memória, portanto, quase em vias de ser socialmente esquecida, já que o processo de transmissão de tradição é quebrado por qualquer vicissitude local: “Com as transformações sociais, as tradições perdem o seu significado e mudam, ou simplesmente desaparecem” (Fentress; Wickham 1992:126).

Depois do golpe militar de 1964, inicia-se em Trombas e Formoso um cenário de transformações sociais, culturais e políticas, não só por conta das fugas e dos abandonos de terra - ocasionando um esvaziamento social em decorrência das perseguições -, mas marcado também por um intenso fluxo migratório de pessoas oriundas, sobretudo, de São Paulo e da cidade goiana de Ceres, a fim de comprar terras a preços irrisórios, já que muitos camponeses, com receio das prisões, vendiam às pressas suas posses por valores insignificantes ou simplesmente as abandonavam. “Aqui tinha um ditado interessante, eu acho que ele é muito Trombas. Os paulistas diziam: ‘Eu vendo uma égua em São Paulo e compro uma fazenda em Trombas’”, contou Antônio, historiador local, filho de posseiro e morador de Trombas.

Antônio é filho de José Pereira da Costa, mais conhecido como Nazaré, na época membro da Associação e participante da Luta dos posseiros. Antônio conta que ao final dos anos 1960 e começo dos anos 1970 chegaram muitos migrantes na região em busca das terras baratas deixadas pelos antigos posseiros. Estes, como dito, não viam mais perspectiva de vida no local, mediante o clima de medo e tensão instaurado na vila. “Vieram muitos paulistas e, depois, teve a tal da “descolonização” da CANG [Colônia Agrícola Nacional de Goiás]¹² de Ceres. Eles vendiam a glebinha de cinco alqueires que eles pegavam lá na época e aqui compravam dez, vinte, trinta alqueires”, explica Antônio.

Esse pessoal que veio de Ceres, da colônia, eu me lembro de muitas famílias que hoje estão aqui na elite trombense e vieram com crianças do tamanho que eu era na época. Eles vieram com uma geração e já têm uma segunda. Isso foi só distanciando a identificação, a raiz, porque esse pessoal de Ceres trouxe qual imagem de Zé Porfírio? Que era valente, matador, bandoleiro. É essa a imagem que eles trouxeram e que chegou lá pela máquina da Ditadura Militar, da Guerra Fria. Essa imagem chegou neles, eles vieram para cá com essa imagem do Zé Porfírio e assim passaram para os filhos e para os netos. Os paulistas vieram com a mesma ideia. Engraçado: como vem uma pessoa lá do norte de São Paulo e chega aqui com a mesma ideia de quem veio de Ceres? Para você ver o poder que teve a Ditadura financiada pelos Estados Unidos, e chegou aqui com essa força. Eles chegaram aqui, encontraram um monte de trombense amordaçado, morrendo de medo de falar o nome do Zé Porfírio e a palavra comunista¹³. (Antônio Pereira da Costa, filho de José Pereira da Costa, participante da Luta dos posseiros, morador de Trombas).

A negativização investida à Luta dos posseiros da década de 1950, sobretudo para esses novos migrantes, tinha a ver com o desconhecimento em relação ao movimento político camponês da região.

Depois disso [o golpe militar] veio muita gente e muita gente que não sabe nem desse caso. Vê contar assim, mas não sabe do fundamento. Muita gente pensa que o Zé Porfírio era cangaceiro. Pegava gente pra matar, mas... muita gente tem isso na cabeça e não é.¹⁴ (Filadélfio Ferreira dos Santos, participante da Luta dos posseiros, morador da região desde 1954).

A chegada de pessoas distantes do plano político e social que vinha se concretizando na região trouxe outras formas de pensar e outros modos de produção que, de certa forma, demoliram quase que por completo a estrutura organizacional e produtiva investida na região pelos posseiros através do trabalho da Associação. Foram muitos os relatos de camponeses que conheceram fazendeiros que compraram posses e mais posses nas redondezas e que mudaram as formas de produção das pequenas propriedades que vinham se firmando ali desde o tempo dos posseiros. “Depois da Revolução em diante, venderam tudo. Minha terra na região do córrego do Sapato fica rodeada por terras de um grande proprietário conhecido como Doce”, conta o Sr. Chiquinho Ataíde, também morador da época.

Ao pensarmos os diversos sistemas culturais e a pluralidade de modos de compreensão de mundo, só se torna possível o entendimento dos efeitos de um evento e as mudanças a ele ligadas a partir das significâncias, sentidos e esquemas simbólicos de cada universo cultural. “O evento é a interpretação do acontecimento e a interpretação varia” (Sahlins 1990:191). Nessa perspectiva, fica evidente o confronto simbólico que se instaura frente à noção do evento quando visto pelos olhos de quem viveu diretamente o passado e por quem o recebeu no presente. Sahlins (1990) insiste que a “possibilidade do presente vir a transcender o passado e ao mesmo tempo lhe permanecer fiel depende da ordem cultural quanto da situação prática” (Sahlins 1990:189). Enquanto elemento simbólico, a memória do evento de Trombas e Formoso está envolvida em diversos contextos culturais e a articulação desses contextos pode variar de um momento para outro, de uma pessoa para outra ou de um grupo de pessoas para outro.

O DESLIGAR DE UMA MEMÓRIA

É possível dizer que a memória da Luta de Trombas e Formoso sofreu um processo de interrupção promovida por um silêncio ensurdecedor, que deixou marcas e consequências que pareciam me enganar e me conduzir à ideia de esquecimento. No entanto, uma história existia ali e era possível encontrar vestígios dela. De alguma maneira, a história vivida em meados dos anos de 1950 não se desligou por completo da história das duas cidades.

O nome de José Porfírio – líder camponês do movimento e ex-deputado estadual – estava lá, em letras garrafais, pintado no muro branco do colégio que recebia o mesmo nome; alguns camponeses que participaram da luta e/ou foram membros da Associação, ou que testemunharam o evento, viviam ali e falavam sobre o assunto, mesmo que esporadicamente; os moradores, ainda que vagamente, também conheciam e comentavam a história de luta na região, mesmo que personificada na figura de José Porfírio.

A narrativa não estava morta, mas dava indícios de que os mecanismos de memória que por ela perpassavam incidiam sobre a forma como as pessoas interpretavam e/ou lembravam do evento. O que era, *a priori*, na quermesse, somente uma impressão de um possível desligamento com a memória do evento por parte da própria população de Trombas, se confirmava em cada novo diálogo com sujeitos dessa memória.

Sentia-se, da parte de quem participou dessa Luta e ainda vivia na cidade de Trombas ou em Formoso, um desvalor, um não reconhecimento por parte das gerações que as sucederam, e que relacionam muito pouco com

o silêncio ao qual foram obrigados a fazer - e do qual ainda falarei com mais profundidade - mas sim à ausência de vínculos entre quem recém chegava na região e que deu origem às gerações que perpetuavam esse desligamento com a história de origem da cidade.

Sr. Arão, participante da Luta de Trombas e Formoso e irmão do líder camponês José Porfírio, considera a história do movimento de luta dos posseiros pouco reconhecida na região porque “a metade do pessoal já veio de outros lugares, outras pessoas, com outros pensamentos diferentes, então [a história] não é muito influente não”. A vinda de pessoas que não se ligavam à narrativa e que mal tinham interesse em conhecê-la vem a confirmar o que Fentress e Wickham (1992) dizem sobre a formação da memória social, já que ela só se dá quando há significado para o grupo que recorda.

No entanto, “a maneira como esse significado se articula não é simples. Demos nossa atenção ao contexto narrativo como orientação para a estruturação e, portanto, para a fixação, das formas de memória” (Fentress; Wickham 1992:112). Desse modo, o contexto narrativo da história do movimento político de Trombas e Formoso demonstra complexidade e, em determinados momentos, certo repúdio ou repulsa ao que essa memória vem dizer a quem não se considera parte dela.

A história só é bonita quando você conta pra alguém de fora, porque os que ficaram aqui mesmo, eles repudiaram, ter a presença muitas vezes da gente, mas se não fosse a gente eles não tavam aqui [...] Porque assim, eles [os que chegaram na região depois de 1964] acharam que não foi nada, quer dizer, esses que chegaram e fizeram as grandes fazendas, acharam que foi por acaso, que existia aquilo ali [as terras e a própria Vila]¹⁵. (Cosme Ribeiro Santana, participante da Luta de Trombas e Formoso, morador da região desde 1953).

Para Fentress e Wickham (1992), a memória é um dos principais elementos constitutivos da identidade social e um dos mais claros guias para a sua configuração. Mas e quando a identificação parece não ocorrer? Como eles são recordados? A transmissão da tradição é quebrada por qualquer vicissitude local. Por vezes, quando é demasiado difícil suportar, é melhor esquecer - embora a derrota, quando heroica, seja com frequência comemorada; outras vezes, com as transformações sociais, as tradições perdem o seu significado e mudam, ou simplesmente desaparecem. A facilidade em recordar está em sua possibilidade narrativa, porém o evento político de Trombas e Formoso parece não caber nas formas narrativas do grupo social ao qual ele se relaciona, ou pelo menos apresenta entraves para que a expressão narrativa aconteça.

O SILÊNCIO NARRATIVO

O golpe militar talvez seja um dos maiores dos traumas no contexto narrativo de Trombas e Formoso, sendo responsável por uma interrupção no narrar dessas histórias e fazendo com que seus próprios protagonistas se calassem frente a qualquer possibilidade de expressão de suas memórias. O silêncio caracterizou-se, nesse momento histórico, enquanto processo de experiências traumatizantes vividas em decorrência das perseguições durante o período da ditadura militar.

Segundo Pollak (1989), em meio ao trauma o silêncio emerge a fim de evitar a culpa entre as vítimas, acreditando que “em lugar de se arriscar a um mal-entendido sobre uma questão tão grave, (...) e a propensão ao esquecimento dos antigos carrascos, não seria melhor se abster de falar?” (Pollak 1989:4). E foi o que fez Dona Carmina, também participante do movimento camponês, tomada pelo terror decorrente das inúmeras abordagens sofridas por tropas militares, sempre à procura de seu marido, Nelson Marinho, membro da Associação e presidente de um dos Conselhos de Córrego. “O meu medo de falar era trair as pessoas”, contou Dona Carmina.

O trauma e o medo eram sentimentos recorrentes entre os camponeses que ficaram na região depois do golpe de 1964, o que conseqüentemente se expandiu para toda a população de Trombas e Formoso. A história da Luta e da organização camponesa, que era natural no cotidiano das pessoas, passou a ser velada e entregue à categoria do proibido, do indizível, do vergonhoso.

Eu tinha tanto trauma, eu tinha medo de gente, tinha medo de falar as coisas. A gente pensava que tava fazendo alguma coisa errada porque quando a gente ficou lá, a gente lutou muito, o pessoal ia pras trincheiras, a gente até participava assim, de ajudar, levar comida, essas coisas pras pessoas¹⁶. (Carmina Castro Marinho, participante da Luta dos posseiros e moradora de Trombas).

Dona Carmina desenvolveu, durante esse período - o qual Cosme nomeou de “período de assombro” - um medo excessivo, inclusive depois de passados anos da ditadura militar, já no período da reabertura política. Falar com pessoas estranhas ou que a abordavam perguntando sobre o marido ou sobre a Luta era sempre um desafio de convencimento para quem queria saber mais da história. “Eu tinha medo da polícia, às vezes a gente falar uma coisa errada e prejudicar a pessoa”.

Esse medo perdurou por anos e projetava-se no presente. Durante meu trabalho de campo conheci Seo Dionísio, o primeiro barbeiro de Formoso; tinha 91 anos, os quais demonstravam experiência, sabedoria e muita lucidez. Apesar da sua vontade em falar e contar histórias, sua filha, Valdeni, recebeu-me com desconfiança. Parecia reticente quanto à pesquisa. Expliquei a minha relação com outras pessoas da cidade, relatei que já vinha discutindo o tema havia bastante tempo, tentando convencê-la de que o depoimento de Seo Dionísio poderia contribuir para o estudo da memória da região. Prometi ocultar o nome de seu pai e mesmo assim ela continuou se opondo, até que finalmente veio a declaração que justificaria seu receio: “Tenho medo de voltar tudo o que ocorreu naquele período, o comunismo, vai que isso chega na Assembleia. Não quero o nome do meu pai nisso”.

Não insisti. No entanto, os dizeres de Valdeni pareciam me sinalizar a perpetuação do medo e do assombro da ditadura militar na memória dessas pessoas. Mesmo estando em “outros tempos”, o medo do retorno, da volta de dias de repressão rondavam aquelas pessoas que “não tinham costume com essas coisas”, explicava Dona Joaninha. “Tínhamos medo deles [policiais] chegarem e fazerem opressão com a gente na casa”.

Segundo José Gomes - ou Zé Gomes, como é conhecido -, “até hoje o povo tem medo”. Apesar de passados quase 30 anos da ditadura militar, o medo ainda está vívido entre muitas pessoas, sobretudo entre os mais velhos, pessoas mais antigas nas cidades de Trombas e Formoso. Morador de Formoso desde os tempos da luta dos posseiros, Zé conta que certa vez uma mulher, em sua casa, disse: “Deus me livre, eu não quero falar disso, não.

Depois colocam o nome da gente e eles vêm atrás”. O argumento de que o regime ditatorial findara-se e não existia mais parecia não resolver frente à desconfiança do desconhecido que os faziam calar. Quase nada era dito sobre aquela época entre essas pessoas. Para Zé Gomes, “nem todo mundo tem a compreensão que é uma coisa que já passou, acabou”. E me alertou: “Aqui tem gente que se você chegar e quiser fazer um trabalho desses, não faz”.

O trauma embutido à narrativa do movimento de Trombas e Formoso desencadeou um processo de silenciamento que veio a desaguar na forma como essa memória foi e está sendo constituída. Para Kidron (2009), o silêncio, quando relacionado ao trauma, “é discursivamente enquadrado como o enterro ou a repressão do discurso, o que resulta não da vontade pessoal, mas sim de natureza indizível de uma experiência que está além da narrativa” (Kidron 2009:17).

Antônio entende as consequências do silêncio provocado pelo golpe militar em sua vida e faz, inclusive, uma autoanálise da força desse silenciamento durante o regime militar que o colocou, mesmo com todo o conhecimento adquirido sobre a Luta, frente à responsabilidade de atuação enquanto filho dessa história.

Trombas ficou mergulhada em um silêncio, uma exclusão e uma perseguição. Isso fez com que aquelas pessoas que ficaram em Trombas e não deviam nada ao governo, não tinham nada com o Partido Comunista e somente eram beneficiados como posseiros, mas não participaram ativamente, ficassem silenciadas de tal forma que os filhos deles que nasceram – inclusive eu, que fui vítima desse silêncio terrível – parecem ter se esquecido de preservar as coisas dessa época.¹⁷ (Antônio Pereira da Costa, filho de José Pereira da Costa, participante da Luta dos posseiros).

Segundo Kidron (2009), um evento traumático cria uma ruptura no fluxo linear da experiência, de modo que qualquer tentativa de representação verbal será inerentemente uma forma de resistência narrativa. Pode-se dizer que o silêncio também costuma dizer algo, já que são os traços desse indizível que formam a matriz experiencial da presença da história da Luta camponesa de Trombas e Formoso e de como ela se mantém viva nas relações e no cotidiano das pessoas, mesmo que no silêncio. A memória parece só existir quando narrada. Para De Certeau (1994), “o relato não exprime uma prática. Não se contenta em dizer um movimento. Ele o faz” (De Certeau 1994:156). Sendo assim, na prática da memória, o narrar se torna fundante para sua duração no contexto espaçotemporal. No entanto, é preciso compreender os dizeres que o silêncio também traz.

Para Pollak (1989), as fronteiras desses silêncios e “não ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em constante movimento. O autor compreende o silêncio enquanto uma tipologia de discurso, que se mantém presente por sinais minuciosos, por alusões ou ainda por metáforas e se constrói em meio à angústia de não encontrar uma escuta – que tem a ver com as novas mentalidades formadas na região por pessoas oriundas de outros lugares e já em um outro processo histórico, que pouco se relacionava com a memória da Luta, o que não demandava interesse no escutar dessas lembranças e memórias – ou ainda de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos – o que tem a ver com o medo que ainda se arrastava pelo tempo dentre aqueles que participaram do movimento de Luta de formas distintas.

Desse modo, pode-se dizer que essa fronteira entre o dizível e o indizível “separa uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que

resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor” (Pollak 1989:6). O vão entre essas memórias, fenômeno promovido pelo regime militar, exigiu dessas testemunhas, membros e narradores da história a criação de estratégias discursivas para a expressão dessas memórias, o que fez com que essas memórias se acomodassem de forma subterrânea até o momento certo para a emersão.

Isso porque, de acordo com Pollak, o longo silêncio sobre o passado está longe de conduzir essa história ao esquecimento. “É a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais” (Pollak 1989:3). As lembranças dissidentes ainda são transmitidas cuidadosamente e, muitas vezes indiretamente, nas redes familiares e de amizades, esperando o que Pollak chamou de “a hora da verdade” (Pollak 1989:3). No mesmo sentido, Ricoeur (2007) recorre a Freud para falar do processo de recordação de lembranças traumáticas e acredita ser possível, mediante a resistência em lembrar, esse ato de repetição, sem mesmo dar-se conta que o faz. No caso, uma compulsão de repetição e resistência, assim como a substituição da lembrança por esse duplo fenômeno. A lembrança seria substituída pelo ato. O paciente “não reproduz [o fato esquecido] em forma de lembrança, mas em forma de ação: ele o repete sem, obviamente, saber que o repete” (Ricoeur 2007:84).

TRANSMISSÃO DO SILÊNCIO

Ao identificar o processo de desligamento e interrupção da memória da Luta de Trombas e Formoso, tendo o golpe militar como demarcador da ruptura narrativa do movimento político camponês e, ainda, como catalisador de transformações políticas e culturais na região, tornou-se quase inevitável buscar o nível de incidência deste desligamento sobre a memória de filhos e filhas daqueles que participaram do movimento. Desse modo, nessa etapa me atenho à compreensão dos processos de transmissão de memória, sobretudo, dentre essas duas gerações: a que viveu diretamente o tempo da Luta e a geração que a sucedeu, ou seja, que nasceu durante o período dos conflitos ou ainda em meio ao processo da ditadura militar.

É importante dizer que as relações pessoais dentro do âmbito familiar indicam um importante referencial de análise no contexto memorialístico da Luta de Trombas e Formoso já que se entende aqui a família como

principal canal de transmissão de língua, nome, terra e habitação, posição social local e religião; além disso também valores sociais e aspirações, medos, pontos de vista, habilidades domésticas, comportamento, atitudes de corpo, modelos de paternidade e casamento. (Bertaux; Thomson 1993:1).

Resulta, portanto, a condensação de experiências que caracterizam grupos sociais particulares, ou ainda, em um recorte cultural que é ofertado pela família (Bertaux; Thomson 1993), além do fato de a memória da comunidade estar em oposição ao mundo exterior, que é um dos “mais eficazes recursos de que um grupo social dispõe para reforçar a sua própria identidade social em oposição a de outros e é uma memória de que toda a gente participa, através das memórias pessoais e das tradições familiares” (Fentress; Wickham 1992:141).

Para Bertaux & Thompson (1993), a necessidade de transmissão entre gerações surge da necessidade de sustentar e se manter tradições, mesmo com as constantes mudanças culturais. Desse modo, faz-se aqui uma

aproximação com o sistema de transmissão familiar, mais especificamente, em famílias que apresentam um significativo nível de aflição, de tensão, como é o caso dos participantes da Luta de Trombas e Formoso que viveram, de alguma forma, experiências traumáticas. Quanto às gerações, são aqui utilizadas como instrumento de análise em um contexto de culturas políticas e de história social, no caso, como “unidades de medida” (Sirinelli 2002:136).

O golpe militar de 1964 e, conseqüentemente, os traumas, dores e silêncios por ele incitados, provocaram o que Fentress & Wickham chamaram de “quebra” no processo de transmissão de tradição. “As tradições perdem o seu significado e mudam, ou simplesmente desaparecem” (Fentress; Wickham 2002:126). Em meio ao processo de silenciamento a transmissão de memórias e lembranças de tempos difíceis na região não se dava, e ainda não se dá, de forma tranquila e fluida entre as gerações subseqüentes. Às razões políticas do silêncio acrescentam-se as pessoais, que consistem em querer poupar os filhos de crescerem em meio às lembranças das feridas dos pais (Pollak 1989). Este foi o caso de Dona Carmina, que quase não falava com os filhos e filhas sobre a Luta ou sobre o que a sucedeu, nos tempos de ditadura, com relação à perseguição e as prisões sofridas pelo marido.

Eu não gostava de contar esses trem pra eles [...] quando meu marido foi preso, os bichinhos ficaram tão triste, eu tinha dó. Da vez que ele chegou da derradeira prisão, eu lembro como hoje, o Arnaldo era pequeno, esse menino chorou tanto quando ele viu o pai dele chegar, ele pensou que nunca mais ia ver né?! Chorou de felicidade, abraçava com ele.¹⁸ (Carmina Castro Marinho, participante da Luta dos posseiros e moradora de Trombas).

As narrativas sobre a Luta eram, e de algum modo ainda são, veladas dentro do âmbito familiar. Eram e são tidas como lembranças difíceis de serem rememoradas e, assim, deixadas a cargo do indizível. Elas, em sua maioria, estavam relacionadas ao tempo da ditadura militar e ao período de desmantelamento da organização camponesa. Sr. Arão também quase não falava sobre os conflitos com os filhos, isso porque “não tem nada bom que a gente guarde de lembrança daquela época [...] eu não gosto nem de contar o passado da história, porque é ruim. Relembrar o passado é sofrer duas vezes”.

Desse modo, o silêncio, de alguma forma, foi transmitido e repassado às gerações subseqüentes e, mesmo aqueles filhos de camponeses, que vivenciaram o tempo da Luta, foram ensinados e aprenderam a não falar ou comentar sobre o tema. Era um tempo no qual tudo era sussurrado e que era preciso, em muitas ocasiões, mentir, dizendo a pessoas desconhecidas que seus pais estavam viajando ou não estavam em casa.

Essa era uma forma de garantir a segurança da família e é nesse momento que as questões pessoais e familiares se uniam às questões políticas, nas quais estavam envolvidos aqueles camponeses. O diálogo era restrito e os filhos pouco sabiam o porquê de seus pais se esconderem ou tampouco o que estava realmente acontecendo. De alguma forma, a falta de diálogo fez com que os filhos dos camponeses se acomodassem ao silêncio, o que por muito tempo foi mecanismo de defesa durante a ditadura militar, o que veio, posteriormente, a deixar resquícios sobre a produção da memória coletiva do evento. “Eu nem perguntava, porque esse pessoal tinha tanto medo da investigação que eles tinham medo de falar as coisas para nós. Eles tinham medo de que chegassem [polícia] lá para perguntar alguma coisa e nós falássemos”, explicou Luzia, uma das filhas de Dona Joaninha.

Nas narrativas dos filhos de participantes do movimento era possível identificar o rancor, o trauma e a dor impressos em suas falas, o que justifica também e, sobremaneira, o amordaçamento da memória de anos de Luta e organização. Para Konstan (2004) a construção do ressentimento é social, normalmente não está sobre o Outro, mas sobre o grupo, ou seja, extrapola o âmbito pessoal e atinge dimensões coletivas, o que pode ter conduzido Carmelita e Terezinha, também filhas de Dona Joaninha, a um sentimento de indiferença e, por vezes, repulsa à história do movimento de Trombas e Formoso, indo além do ressentimento provocado pelo abandono inferido à figura do pai, mas que tomava proporções sociais ao desenvolver desconforto com a história do movimento em sua totalidade, o que a fazia manter seu conhecimento sobre a história retido a si mesma. “Eu nunca consegui falar para os meus filhos de mim, do meu sofrimento, dos meus traumas, isso eu guardo pra mim”, declara Carmelita.

A indiferença à narrativa histórica da Luta era fortalecida pelo trauma e pela dor causados pelo abandono do pai, pelas dificuldades enfrentadas e os episódios de sofrimento vividos. A forma breve, enfática e monossilábica com a qual Terezinha me respondia sobre o que a motivava a não falar mais sobre o tema ou o completo desligamento que atribuía à história da Luta e à própria história do município de Trombas, parecia sinalizar o desligamento que ela mesma apresentava frente à narrativa¹⁹.

É objeto desse ressentimento, virtualmente, todo mundo. Ou seja, não existe um objeto específico de ressentimento (Konstan 2004). Nesse caso, o ressentimento da família de Dona Joaninha localizava-se na totalidade da Luta e em quase tudo que ela representava, apesar da confusão e misto de emoções que oscilavam entre o orgulho, o medo e o ressentimento, causando certo incômodo para expor e expressar lembranças desse período. “Isso, para mim, é passado”, insistiu Terezinha.

DEMANDA PÚBLICA DAS MEMÓRIAS

Passados os anos de ditadura militar e com a promulgação da Lei da Anistia, iniciou-se na região de Trombas e Formoso um processo de retomada de memórias e lembranças ocultadas durante esse período.

Com o fim da ditadura militar foram criadas entidades ligadas às questões de direitos humanos, pelo fim dos crimes empreendidos por tal regime e, ainda, instituições de investigação e reparação pública às pessoas que sofreram direta ou indiretamente com violações durante o período do regime militar, como o grupo Tortura Nunca Mais, as Associações de Anistiados e, mais atualmente, a Comissão Nacional da Verdade; além de jornais e vários veículos de comunicação que buscavam essa história dentro de uma política de desvelamento de memória e de reparação pública.

Nesse momento, a memória, que antes estava submersa, reprimida por anos de ditadura, parece querer emergir. É quando razões políticas e familiares convergem e, ao mesmo tempo, concorrem para romper esse silêncio: “no momento em que as testemunhas oculares sabem que vão desaparecer em breve, elas querem inscrever suas lembranças contra o esquecimento” (Pollak 1989:4). No entanto, esse desejo de imprimir marcas na história não estava solto ou livre de implicações políticas e externas ao contexto social, político e histórico vivido pelos camponeses da Luta.

As narrativas foram retomadas de forma lenta e gradual, com o cessar do medo e do trauma e, claro, não sem deixar marcas e resquícios de um passado de restrição de memória. O conforto e o retorno à fala, ou melhor, o fim do silêncio, segundo Dona Carmina, só veio “depois que eles arrumaram aquele negócio da Anistia e assim mesmo não foi muito”. Desse modo, é preciso compreender os aspectos políticos e sociais que provocaram esse processo de retomada.

Não foram raras as vezes que acompanhei o Sr. Arão em palestras, debates e eventos em que era convidado a falar sobre a Luta de Trombas e Formoso, inclusive em uma oitiva da Comissão Nacional da Verdade²⁰, na qual prestou depoimento a fim de se investigar os acontecimentos ocorridos durante o período da ditadura militar. Ou ainda em eventos como a sessão de devolução simbólica dos mandatos políticos do estado de Goiás que foram cassados durante o regime militar, organizado pela Assembléia Legislativa e na qual Sr. Arão compareceu, representando o irmão, José Porfírio, desaparecido durante o governo militar.

Houve certa exposição pública experienciada por vários camponeses que participaram da Luta e ainda estão vivos. José Gomes já deu palestras, em Brasília, na Confederação dos Trabalhadores Rurais, na qual foi falar sobre a história de luta dos posseiros, ao lado de Zezinho do Araguaia. “Eu fui contar a história daqui de Formoso e ele, da Guerrilha do Araguaia”. Além das conversas com estudantes das escolas da cidade. “Hoje tem grande apoio, depois das explicações. Eu fui nas escolas dar palestras, a primeira vez que eu fui era para o segundo grau, eram rapazinhos e moças”, conta José Gomes.

Para Dona Carmina, há um reconhecimento externo, o qual se tornou perceptível quando a mídia e outros setores passaram a requisitar essa memória e conhecer quem fez parte dela. “As pessoas quase nem sabem disso, quase não comentam, começou mais depois que saiu aquele jornal, saiu aqueles filmes, daí sempre eles vêm e aí, (...) pediam pra gente dar entrevista pra eles”.

A memória do evento político de Trombas e Formoso passou a ser registrada em livros, filmes, pesquisas acadêmicas, e de alguma forma, ser externamente reconhecida, fato que promoveu um processo de reinterpretação e ressignificação de sentidos dos próprios camponeses quanto a importância dessa história e de suas próprias narrativas, apesar de considerarem uma desvalorização interna por parte da população de seus lugares de origem.

É igual aquele ditado que minha mãe sempre dizia, que santo de casa não faz milagre. Então o povo não dá muita importância, muito valor na pessoa de vir e ter participado, pra uma pessoa reconhecida como já sou hoje. Mas mais o pessoal de fora dá mais credibilidade na gente e mais atenção, admira mais que o próprio pessoal da cidade da gente.²¹ (Arão de Souza Gil, participante da Luta dos posseiros, morador de Trombas)

Da mesma forma, ocorre com a geração de filhos e filhas dos camponeses participantes da Luta, a qual, nesse novo momento, busca por identidade, esta antes desligada dos acontecimentos passados, e agora, quando requerida externamente, é instigada a uma nova relação e interpretação do passado. “Essa história já está muito importante. Demorou muito até que as pessoas quisessem realmente saber. Hoje, graças a Deus, nós vivemos uma Democracia, não é mais aquele tempo de pesadelo”, considera Luzia.

Há um ponto importante a ser considerado nessa nova interpretação dos filhos e filhas de camponeses de Trombas e Formoso, relacionado à forma de conhecimento adquirido, já que boa parte da memória que possuem vem das lembranças repassadas pela tradição familiar - apesar do silêncio e do medo - mas sobretudo, pelo que “aprendeu” por uma segunda via de conhecimento e transmissão de saberes, a escola, a universidade e os livros e filmes que remetiam ao tema.

Então foi depois que eu comecei a fazer um curso superior em Porangatu é que me despertou a curiosidade. No movimento acadêmico, a história de Trombas estava sempre ventilada e eu passei por várias saias justas porque muita gente me questionava sobre Trombas e eu não sabia nada, porque nunca tinha tido a curiosidade. (Luís Carlos de Oliveira Santos, filho de Filadélfio Ferreira dos Santos e morador de Formoso).

É perceptível certa auto-obrigação ou autoexigência tanto por parte dos camponeses ainda vivos como das gerações subsequentes à Luta em conhecer mais sobre a história do movimento de Trombas e Formoso, a partir do momento em que há uma demanda pública e externa por essa narrativa. Isso porque, por parte desses camponeses, se exigiu o constante ato de fala e exposição por meio de palestras, debates e entrevistas para jornais e filmes, os quais são requisitados a participar. Nesse momento, se adquire aí uma nova postura frente às memórias - não só por parte dos camponeses participantes da Luta, como também dos filhos e filhas dos mesmos. Se antes as memórias e narrativas foram abafadas e silenciadas por um período de repressão e medo, hoje se força uma retomada por uma pressão institucional em uma política de não esquecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido pode-se falar da existência de uma memória estilhaçada pela implantação do regime militar brasileiro e pelas transformações culturais por ele empreendidas. A complexidade da memória da Luta de Trombas e Formoso se demonstra em uma multiplicidade de memórias, sob processos e mecanismos como o silêncio, o trauma, o medo, a mudança cultural e a negatização desta memória. Tais mecanismos informam sobre uma memória reprimida, interrompida e fragmentada pelo processo de ditadura militar. O golpe de 1964 se apresenta como demarcador de uma ruptura narrativa sobre o movimento político de Trombas e Formoso e, ainda, como catalisador de transformações políticas e culturais na região.

As mudanças culturais que ali ocorreram se deram mediante o surgimento de novas mentalidades que adentraram a região depois de 1964 e, muitas vezes, atreladas e sob efeitos do novo regime instituído, influenciando, sobremaneira, a constituição da memória da Luta de Trombas e Formoso e suas múltiplas interpretações. Pensando em pessoas oriundas de outro lugar e dentro de outra ordem cultural e estrutural histórica, diferente das pessoas que vivenciaram a Luta fica fácil identificar o desligamento desta memória por parte de quem veio de fora ou, até mesmo, de gerações subsequentes, no caso filhos e filhas dos camponeses que participaram do movimento.

A interrupção e a fragmentação da memória do movimento dos posseiros se fazem nítidas quando analisadas as formas como esses camponeses se lembram do tempo da Luta²². As lembranças oscilam e caminham do medo e do trauma para o orgulho e o reconhecimento. O medo e o trauma, que se arrastaram por longos anos em um

difícil ato de lembrar, evocam silêncios e não ditos que dizem muito sobre uma memória reprimida, resquícios de tempos de ditadura militar, nos quais qualquer possível relação com movimentos ditos subversivos era sinônimo de repressão e perseguição.

Nesse mesmo processo traumático se instauraram a insegurança e o acumamento desses mesmos sujeitos quando questionados sobre sua relação com a Luta. Eles temiam os efeitos e o retorno de tempos restritivos e de repressão sofrida na ditadura militar. Nesse sentido, em um contexto de transmissão de memórias entre gerações, o silêncio, sobretudo no âmbito familiar, promoveu uma interrupção narrativa que deixou um vazio memorialístico, onde as lembranças e memórias do tempo da Luta foram enterradas e interrompidas pelo processo de ditadura militar.

Por muito tempo, as narrativas sobre a resistência camponesa estiveram submersas e interrompidas pelo processo de ditadura militar. Desse modo o conhecimento de filhos e filhas sobre o movimento camponês se deu, principalmente, fora do contexto interno familiar e já inseridos em um contexto histórico, no qual livros, jornais e outras vias de informação abordavam, mesmo que de forma pontual, a luta dos posseiros enquanto movimento de relevância histórica e memorialística. A transmissão de memória e conhecimento se dava externamente, por outros canais de transmissão que não o familiar.

A demanda externa veio com o fim da ditadura militar e a promulgação da Lei da Anistia. Esta demanda, em um processo de reexercício e retomada da memória, promove, em níveis distintos, uma reinterpretação de sua significância simbólica, como bem pontuou Sahlins (1990), por parte dos sujeitos de memória, tanto de quem teve uma relação direta com a história, como os camponeses, bem como dos filhos e filhas desses camponeses e, de forma mais abrangente, da própria população das cidades de Trombas e Formoso.

Ambas as gerações assumiram novas posturas perante a demanda pública pela memória da Luta, atribuindo à memória do movimento camponês novos valores, sob uma intensa posituação, influenciada pela requisição externa, além de uma insistente exigência de exposição, exteriorização e expressão de memória. Como diria Dona Carmina, “naquele tempo a gente tinha que engolir as provas e agora a gente tem que vomitar elas”.

Maiara Dourado é Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

NOTAS

1. O termo *Luta* utilizado neste trabalho se justifica por seu uso frequente dentre os camponeses, interlocutores desta pesquisa, para se referir ao movimento de Trombas e Formoso. Ele substitui o termo *Revolta*, cunhado e difundido pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e como ficou conhecido na historiografia brasileira. Isso porque a partir da análise das obras sobre a Luta dos posseiros de Trombas e Formoso e do meu trabalho de campo, não identifiquei o nome *Revolta de Trombas e Formoso* nas falas dos camponeses ainda hoje vivos e sim o termo *Luta*.
2. Disponível em <https://vimeo.com/21406095>.
3. Região composta por 26 municípios como Porangatu, Niquelândia, Minaçu, Uruaçu, Mara Rosa, entre outros.
4. Depoimento cedido para o documentário *Trombas e Formoso: Memórias de uma Luta* (2010) produzido pelo coletivo Magnífica Mundi.
5. Terras públicas incorporadas ao patrimônio da União quando situadas dentro de suas fronteiras e não se encontram, por título legítimo, na posse, ou domínio particular de alguém, mesmo que ocupadas irregularmente. O termo "devoluta" relaciona-se ao conceito de terra devolvida ou a ser devolvida ao Estado. (informações retiradas do site <http://www.jusbrasil.com.br/>).
6. Bernardo Sayão foi o engenheiro responsável pelas obras da estrada Transbrasiliana (Belém/Brasília). Também conhecido como "Desbravador da floresta", Sayão foi encarregado pelo presidente Juscelino Kubitschek (JK) a ligar, numa extensão de 2.240 quilômetros, a capital e o Norte do país. Em 1944, Sayão concluiu os 142 quilômetros de estrada que passariam a ligar a então Colônia Agrícola de Ceres à cidade de Anápolis. Em 1954, foi eleito vice-governador do Estado de Goiás, com votação superior à do próprio governador eleito. (informações retiradas do site Museu Virtual de Brasília <http://www.museuvirtualbrasil.org.br/>).
7. Córrego é uma denominação popular e regional de um pequeno curso de água, o qual era abundante na região. Daí deduz-se a aproximação dos posseiros à proximidade de córregos de água. Cada conselho era formado próximo a um córrego, que abrigava as suas margens certo número de posseiros. No caso, trata-se de um referencial geográfico, político e simbólico do movimento camponês.
8. Parte do depoimento de Arão de Souza Gil no documentário *Trombas e Formoso: Memórias de uma Luta*.
9. A origem mítica da existência da "República ou território livre de Formoso e Trombas" se deve ao processo autônomo de governo e o ápice da participação democrática que se envolveu nessa região. (Cunha 1997).
10. Parte do depoimento concedido por Cosme Ribeiro Santana durante realização de trabalho de campo na cidade de Formoso, entre os meses de fevereiro e março de 2013.
11. Parte do depoimento concedido por Arão de Souza Gil durante realização de trabalho de campo na cidade de Trombas, entre os meses de fevereiro e março de 2013.
12. Refere-se à Colônia Agrícola Nacional de Goiás, criada no início dos anos de 1940 pelo governo de Getúlio Vargas como iniciativa da política de interiorização que ficou conhecida como Marcha para o Oeste. Nesse contexto, ferrovias e rodovias foram construídas e nove colônias agrícolas nacionais foram criadas, em 14 de fevereiro de 1941, sendo a primeira implantada em Ceres, Goiás (Pessoa 1999).
13. Parte do depoimento concedido por Antônio Pereira da Costa durante realização de trabalho de campo na cidade de Formoso, entre os meses de fevereiro e março de 2013.
14. Parte do depoimento do Sr. Filadélfio, morador de Trombas, na realização do trabalho de campo.
15. Parte do depoimento concedido por Cosme Ribeiro Santana durante realização de trabalho de campo na cidade de Formoso, entre os meses de fevereiro e março de 2013.
16. Parte do depoimento de Dona Carmina Castro Marinho, moradora da cidade, durante realização da pesquisa de campo.

17. Parte do depoimento concedido por Antônio Pereira da Costa durante realização de trabalho de campo na cidade de Formoso, entre os meses de fevereiro e março de 2013.
18. Parte do depoimento concedido por Carmina Castro Marinho durante realização de trabalho de campo na cidade de Formoso, entre os meses de fevereiro e março de 2013.
19. Um exemplo nesse sentido demonstro nesta parte de uma das conversas que tivemos:
 - “- Maiara: Por qual motivo você acha que não toca mais neste assunto?
 - Tereza: Esquecemos, o tempo nos faz esquecer. Faz muitos anos.
 - Maiara: Você acha que esta história foi importante para criação do município de Trombas e até mesmo de Formoso? Para esta região, em geral?
 - Tereza: Não, eu acho que não. Não.”
20. Criada em 18 de Novembro de 2011, mas instalada oficialmente em 16 de Maio de 2012, a Comissão da Verdade visa investigar casos violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil por agentes do estado. Fonte: <http://www.cnv.gov.br>
21. Parte do depoimento concedido por Arão de Souza Gil durante realização de trabalho de campo na cidade de Trombas, entre os meses de fevereiro e março de 2013.
22. Se refere ao período no qual se desenrolou os conflitos entre posseiros e grileiros, mas também e sobretudo, a organização política dos camponeses, com a constituição da Associação dos Trabalhadores Rurais e dos Conselhos de Córrego.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERTAUX, Daniel; THOMPSON, Paul. 1993. "Family myth, models, and denials in shaping of individual life paths". In: D. Bertaux & P. Thompson (org.). *Between generations: family models, myths, and memories*. Oxford: Oxford University Press.
- CARNEIRO, Maria E. F. 1988. *A Revolta camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia: Editora UFG.
- CATELA, Ludmila. 2001. *Situação-Limite e Memória: A reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina*. São Paulo: Hucitec.
- CUNHA, Paulo R. 1997. "Redescobrimdo a história: A República de Formoso e Trombas". *Cadernos AEL* 7: 83 -107.
- DE CERTEAU, Michel. 1994. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.
- FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. 1992. *Memória Social, novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Teorema.
- GUHA, Ranajit. 1999. "La prosa de la contrainsurgencia". In: *Pasados Poscoloniales*. México: CEEA, Centro de Estudios de Asia y Africa/ El Colegio de México.
- KIDRON, Carol A. 2009. "Toward an Ethnography of silence: the lived presence of the Past in the Everyday Life of Holocaust Trauma Survivors and Their Descendants in Israel". *Current Anthropology* 50 (1): 5-19.
- KONSTAN, David. 2004. "Ressentimento: história de uma emoção". In: S. Bresciani & M. Naxara. *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora Unicamp.
- MAIA, Claudio. 2008. *Os Donos da Terra: A disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira – A Luta dos Posseiros em Trombas e Formoso 1950/1960*. Tese (doutorado). Goiânia: Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás.
- MARTINS, José de Souza. 1997. *Fronteira – A degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo, Editora Hucitec.
- PESSOA, Jadir de M. 1999. *A revanche camponesa*. Goiânia: Editora da UFG.
- POLLAK, Michael. 1989. "Memória, Esquecimento, Silêncio". *Estudos Históricos* 2 (3): 3-15.
- PORTELLI, Alessandro. 2002. "O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum". In: J. Amado; M. Ferreira (coord.). *Usos & abusos da História Oral*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- RICŒUR, Paul. 2007. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp.
- SAHLINS, Marshall. 1990. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- SIRINELLI, Jean-François. 2002. "A geração". In: J. Amado; M. Ferreira (coord.). *Usos & abusos da História Oral*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.

A Luta de Trombas e Formoso: uma ruptura narrativa no contexto da ditadura militar

RESUMO

O movimento político de Trombas e Formoso configura a resistência armada de camponeses do norte de Goiás, em meados da década de 1950, que rebelaram-se contra o processo de expropriação de terras liderada por um grupo de grileiros e fortalecidos pelo governo do Estado. A luta, reconhecida como *Revolta de Trombas e Formoso*, apresenta-se como um dos importantes conflitos camponeses do país, por seu protagonismo e organização política e social, visando à conquista do título das terras mediante embate com grileiros e o Estado. Em decorrência do golpe militar ocorrido no Brasil, em 1964, o movimento foi desmantelado, vários líderes e participantes da luta perseguidos e mortos e suas terras abandonadas no processo de repressão e abafamento, próprio do regime ditatorial. Dito isso, pretendo apresentar, neste trabalho, os reflexos e consequências do golpe militar, sob a produção de narrativas e memórias sobre a luta dos camponeses de Trombas e Formoso.

PALAVRAS-CHAVE: memórias; narrativas; resistência; camponeses; Trombas e Formoso.

The Fight of Trombas and Formoso: A narrative rupture in the context of the military dictatorship

ABSTRACT

The political movement of Trombas and Formoso was an armed resistance of peasants at the Brazilian state of Goiás, in the mid-1950s, which rebelled against the land expropriation process led by a group of land grabbers with support of the State government. The fight known as *Revolta de Trombas e Formoso* is recognized as one of the most important peasant conflicts in the country, because of its relevant role and high level of political and social organization, aiming at the conquest of land titles through the engagement in fight against land grabbers and the State itself. Due to the Brazilian military coup in 1964, the movement was dismantled, several of its leaders and participants were persecuted and killed, and their lands were abandoned, in the process of repression and stifling of the dictatorial regime. In this work, I intend to present some reflections and consequences of the military coup on the production of narratives and memories of the peasants' struggle of Trombas and Formoso.

KEYWORDS: memories; narratives; resistance; peasants; Trombas e Formoso.